

SApresentação de Recomendações sobre a Revitalização da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) por parte das Mulheres e Raparigas Africanas

Como mulheres e raparigas africanas comprometidas com a igualdade de gênero e a plena realização da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, reconhecemos o papel fundamental que o CSW desempenha na formação de compromissos globais e na prestação de contas pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero.

A este respeito, temos o prazer de apresentar as recomendações coletivas de 13 consultas realizadas em todas as cinco sub-regiões de África, envolvendo 3.136 partes interessadas. Estes esforços culminaram numa consulta final realizada em fevereiro de 2025 em Gaborone, Botswana, que reuniu mais 100 mulheres e raparigas que contribuíram para as recomendações de revitalização do CSW.

Reforço da relevância política do CSW para compromissos mais estratégicos

- Incorporar compromissos do CSW em planos de ações e prioridades nacionais envolvendo órgãos como comissões de gênero e organizações de direitos das mulheres na avaliação e monitoramento de programas e políticas.
- Reforçar os mecanismos de monitorização liderados pela comunidade, como tabelas de desempenho e boletins de cidadãos, para acompanhar o desempenho na implementação da política de gênero e financiar esses mecanismos.

Reforço dos mecanismos de prestação de contas e apoio à aplicação dos compromissos assumidos no âmbito do CSW

- Garantir a participação significativa de diversas organizações, incluindo aquelas que representam mulheres e raparigas de grupos marginalizados e estruturalmente excluídos, por exemplo, mulheres e raparigas com deficiência, mulheres e raparigas da área rural e mulheres e raparigas que vivem com HIV/AIDS.
- Estabelecer redes de comunicação e consulta sustentáveis para manter o envolvimento além das sessões de CSW.
- Ultrapassar a inclusão simbólica, garantindo a participação dos direitos das mulheres e das organizações lideradas por raparigas e jovens mulheres, e assegurar que estas tenham um papel substantivo nos processos de tomada de decisão, em vez de as limitar ao estatuto de observadoras.
- Desenvolver mecanismos formais que permitam que as organizações de base de defesa dos direitos das mulheres (WROs) e as organizações lideradas por raparigas e jovens mulheres contribuam diretamente para o processo de monitorização nacional e regional e contribuam para os relatórios, garantindo que as suas vozes moldem as decisões políticas.
- Assegurar que as WROs e as organizações lideradas por raparigas e jovens mulheres tenham acesso a dados precisos e desagregados e a actualizações regulares do progresso. Isto dota-as de ferramentas para responsabilizar os governos e acompanhar eficazmente os compromissos em matéria de igualdade de gênero.
- Investir num painel padronizado de “balcão único” que incorpore todos os compromissos relevantes de igualdade de gênero, o que permitirá um acompanhamento e monitorização mais fáceis.
- Atribuir ao Parlamento Pan-Africano autoridade legislativa para sancionar os países que não cumpram os seus compromissos.
- Aprimorar e expandir a recolha e utilização de dados desagregados por gênero para identificar lacunas, reforçar a prestação de contas e garantir o cumprimento.
- Envolver as WROs e as organizações lideradas por raparigas e jovens mulheres na conceção de mecanismos de prestação de contas, na monitorização de violações e na preparação de relatórios paralelos/alterativos.
- Desenvolver modelos de relatórios integrados normalizados que integrem indicadores da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW), com quadros normativos regionais do Quadro de Avaliação do Género da União Africana (UA) e o Protocolo de Maputo. Esta abordagem minimizará a redundância, simplificará a recolha de dados e aumentará a eficiência dos relatórios.
- Reforçar os esforços de colaboração ministerial e intergovernamental através da defesa de uma organização intersectorial entre os ministérios do gênero e outros ministérios importantes, como a educação, as finanças, a saúde e outros ministérios importantes.

Reforçar e facilitar a participação e os contributos significativos de todas as partes interessadas, com especial incidência nos grupos marginalizados e estruturalmente excluídos

- Reforçar os mecanismos para responsabilizar as organizações acreditadas pelo ECOSOC pela acreditação de organizações de direitos das mulheres (WROs). Isto inclui a garantia de transparência na atribuição de vagas de acreditação e a implementação de sanções contra organizações que não utilizem a sua acreditação, reduzindo assim o controlo de acesso.
- Analisar e rever os critérios de elegibilidade para a aquisição da acreditação do ECOSOC para a tornar mais acessível às organizações de direitos das mulheres (WROs), particularmente as do Sul Global. Isto inclui a simplificação dos processos de candidatura, a redução das barreiras burocráticas e a garantia de que os requisitos de acreditação reflectem as diversas estruturas e capacidades das organizações de base e feministas que trabalham para promover a igualdade de género.
- Expandir as vagas de acreditação para redes continentais e organizações baseadas em membros para garantir uma representação adequada dos seus membros.
- Estabelecer quotas ou assentos reservados para mulheres e raparigas, especialmente as de grupos marginalizados e excluídos, nas delegações governamentais e nos painéis e debates da CSW, para garantir uma representação inclusiva e perspectivas diversas.
- **Alternar o local da CSW** para além da sede da ONU em Nova Iorque, de modo a incluir locais no sul global, melhorando assim o acesso. Isto pode ser feito através da identificação de locais com sedes e infra-estruturas da ONU, da revisão do processo e da organização do trabalho para avaliar o papel das missões permanentes e da exploração de mecanismos de financiamento para apoiar estes esforços.
- Os Estados-Membros, através dos ministérios nacionais do género, devem dar prioridade e atribuir recursos específicos para as actividades relacionadas com a CSW, incluindo a preparação, a formação, as viagens das WROs e das organizações lideradas por raparigas e jovens mulheres nas delegações, e a implementação pós-CSW.
- Garantir a representação da sociedade civil nas negociações, assegurando a existência de lugares regionais para África, Europa, Ásia-Pacífico, América Latina e América do Norte.
- Promover e apoiar iniciativas como a Africa Disrupt CSW, que criam espaços alternativos para as mulheres e raparigas africanas participarem de forma significativa nos debates da CSW, garantindo que as suas perspectivas e prioridades sejam efetivamente representadas nos diálogos globais sobre a igualdade de género.

